

COLLECCÃO DAS LEIS
DO
IMPERIO DO BRASIL.
DE
1852.

TOMO XIII PARTE I.



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRPHIA NACIONAL.

•••••
1853.

INDICE DA COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1852.

TOMO XIII. PARTE I.

PAG.

- N.º 638. — Decreto de 8 de Junho de 1852. — Concede hum Credito da quantia de 77.453,75 397, para pagamento da divida de exercicios findos, de que trata o Art 6.º da Lei N.º 599 de 16 de Setembro de 1850..... 1
- N.º 639. — Decreto de 12 de Junho de 1852. — Desannexa da Provincia do Pará, e incorpora na do Maranhão todo o territorio entre os rios Turi-assú e Gurupihy..... 3
- N.º 640. — Decreto de 12 de Junho de 1852. — Concede á cada huma das Villas de S. José, S. Miguel, Porto Bello, e Lages, da Provincia de Santa Catharina, meia legua de terra em quadra em matos, ou huma legua em campos, onde as houver devolutas dentro dos respectivos Municipios..... 4
- N.º 641. — Decreto de 26 de Junho de 1852. — Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais Companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem... 5
- N.º 642. — Decreto de 12 de Julho de 1852. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Hespanhol Padre Antonio Bernal..... 8
- N.º 643. — Decreto de 12 de Julho de 1852. — Approva a concessão feita pelo Decreto de 13 de Novembro de 1850 ao Bacharel Antonio Navarro de Andrade, da propriedade e uso exclusivo, por espaço de 10 annos, do pro-

	cesso que elle se propõe a introduzir no Imperio para preparar e preservar as carnes por meio da pressão hydraulica.....	8
N.º 644.	— Decreto de 15 de Julho de 1852. — Permite que os Officiaes d'Armada Nacional, e do extinto Corpo d'Artilharia de Marinha, que forem demittidos dos Postos, a pedido seu, continuem a contribuir para o Monte Pio.....	10
N.º 645.	— Decreto de 31 de Julho de 1852. — Approva o privilegio exclusivo por espaço de sete annos, concedido por Decreto de 13 de Maio de 1848 a Luiz Vernet, para preparar, vender e applicar hum liquido de sua invenção, que preserva os couros da polilla, e as madeiras do cupim, da putrefacção, e dos incendios.....	11
N.º 646.	— Lei de 31 de Julho de 1852. — Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1853 a 1854.....	12
N.º 647.	— Lei de 7 de Agosto de 1852. — Augmenta os vencimentos dos Ministros d'Estado, Presidentes das Provincias, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, e Desembargadores das Relações.....	15
N.º 648.	— Lei de 18 de Agosto de 1852. — Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de 1853 — 1854.....	17
N.º 649.	— Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão annual de 800.000 concedida por Decreto do 4.º de Agosto de 1850 a D. Helena de Andrade Magalhães..	21
N.º 650.	— Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão concedida por Decreto de 13 de Outubro de 1851 a Francisca Gomes de Vasconcellos.....	22
N.º 651.	— Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão annual de 480.000 equivalente ao soldo de Guardião do numero d'Armada, concedida a Luiz Gomes da Cunha.....	»
N.º 652	— Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão annual de 600.000, re-	

- partidamente, concedida por Decreto de 13 de Agosto de 1850 a D. Maria Rosalina Nepomuceno da Silva, D. Theodosia Rachel Nepomuceno da Silva, e D. Balbina Benigna Nepomuceno da Silva, em plena remuneração dos serviços prestados por seu fallecido pae o Coronel João Nepomuceno da Silva.... 23
- N.º 653. — Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a diversos estrangeiros..... 24
- N.º 654. — Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão de 120,700 annuaes, concedida por Decreto de 27 de Setembro de 1851 a José Julião do Nascimento..... 25
- N.º 655. — Decreto de 18 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão concedida por Decreto de 6 de Outubro de 1851 a Paula Maria do Espirito Santo, viuva do Guarda Nacional Pascoal Pinto de Matos..... »
- N.º 656. — Lei de 18 de Agosto de 1852. — Autorisa o Governo a despende até oitocentos contos de réis na aquisição de Vapores... 26
- N.º 657. — Decreto de 27 de Agosto de 1852. — Manda que a Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul dê mais hum Deputado á Assembléa Geral Legislativa..... 28
- N.º 658. Decreto de 27 de Agosto de 1852. — Declara que são applicaveis ao Lente de Pathologia interna, o Doutor Joaquim José da Silva, as disposições da Resolução de 13 de Outubro de 1837..... »
- N.º 659. — Decreto de 28 de Agosto de 1852. — Approva a Pensão annual concedida repartidamente á viuva e filhas do Capitão Isidoro José Rocha do Brasil, equivalente á metade do soldo que elle vencia..... 30
- N.º 660. — Decreto de 1 de Setembro de 1852. — Permite ao Estudante Antonio Duarte da Silva Valença fazer acto do 4.º e 5.º anno do Curso Juridico..... 31
- N.º 661. — Decreto de 1 de Setembro de 1852. — Approva a Pensão annual de 240,700, concedida a Antonia Isabel da Conceição.... »

- N.º 662. — Decreto de 2 de Setembro de 1852. —
Autorisa o Governo a transferir da terceira para a primeira Classe do Exercito o Capitão de Infantaria Sebastião Antonio do Rego Barros..... 33
- N.º 663. — Decreto de 6 de Setembro de 1852. —
Regula o pagamento da taxa do Sello dos bilhes ou vales dos Bancos estabelecidos na fórma da Legislação em vigor..... 34
- N.º 664. — Decreto de 6 de Setembro de 1852. —
Fixa os vencimentos dos Empregados da Bibliotheca Publica da Capital do Imperio.... »
- N.º 665. — Decreto de 6 de Setembro de 1852. —
Manda executar com algumas alterações a Resolução N.º 374 de 24 de Setembro de 1845, sobre terrenos diamantinos na Provincia de Minas Geraes..... 35
- N.º 666. — Decreto de 6 de Setembro de 1852. —
Crea na Provincia do Maranhão mais hum Collegio Eleitoral..... 36
- N.º 667. — Decreto de 9 de Setembro de 1852. —
Manda executar a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva a aposentadoria concedida á Francisco Vaz Motum, Porteiro da Intendencia da Marinha da Provincia da Bahia..... 37
- N.º 668. — Lei de 11 de Setembro de 1852. —
Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1853 — 1854..... 38
- N.º 669. — Decreto de 11 de Setembro de 1852. —
Approva a Pensão annual de 600\$000 concedida a D. Rosa Maria da Silveira Bomtempo. 48
- N.º 670. — Decreto de 11 de Setembro de 1852. —
Approva os privilegios concedidos a Eduardo de Mornay, Alfredo de Mornay, e Mariano Procopio Ferreira Lage, a fim de organisarem, o 1.º e 2.º huma Companhia para construir hum caminho de ferro na Provincia de Pernambuco, e o 3.º outra Companhia para construir tambem, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes..... »
- N.º 671. — Decreto de 13 de Setembro de 1852. —

	Altera a divisão dos Collegios Eleitoraes de diversas Provincias feita pelos respectivos Presidentes, em virtude do Art. 63 da Lei de 19 de Agosto de 1846.....	50
N.º 672.	— Decreto de 13 de Setembro de 1852. — Declara que continúa em vigor para a Le- gislatura de 1853 a 1856 a Lei N.º 143 de 20 de Outubro de 1837, que marca o subsídio dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa; bem como que os Deputados perceberão por Sessão annual a indemnisa- ção para as despezas de vinda e volta que lhe for marcada pelo Governo.....	53
N.º 673.	— Decreto de 22 de Setembro de 1852. — Autorisa o Governo a deferir, como pare- cer de justiça, o requerimento do Alferes Raymundo Remigio de Mello, que pede pas- sagem da terceira para a primeira Classe do Exercito.....	55

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^aSECÇÃO 1.^a

DECRETO N.º 638 — de 8 de Junho de 1852.

Concede hum Credito da quantia de Rs. 77.453,7397, para pagamento da divida de exercicios findos de que trata o Art. 6.º da Lei N.º 599 de 16 de Setembro de 1850.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He aberto ao Governo hum Credito da quantia de Rs. 77.453,7397 para pagamento da divida de exercicios findos de que trata o Art. 6.º da Lei N.º 599 de 16 de Setembro de 1850, desde o anno financeiro de 1835—1836 até 1849—1850, liquidada no Thesouro até 2 de Setembro de 1851, pertencente aos seguintes exercicios:

De 1835—1836.....	12,7800
1836—1837.....	605,7400
1838—1839.....	10.684,7021
1839—1840.....	19.993,7747
1840—1841.....	32.464,7613
1841—1842.....	3.374,7960
1842—1843.....	4.529,7853
1844—1845.....	3.913,7730
1846—1847.....	409,7600
1848—1849.....	677,7613
1849—1850.....	787,7000

Art. 2.º Este Credito será distribuido pelas rubricas da Lei do Orçamento relativas ao Ministerio da Guerra pela fórma seguinte:

Hospitaes.....	9.516,7981
Força de Linha.....	62.085,7026
Guarda Nacional destacada.....	4.102,7190

Compra de armamento.....	20,700
Compra de cavallos.....	625,600
Despezas diversas.....	1.103,600

Art. 3.º A despesa autorizada por este Credito será paga no exercicio de 1851—1852, pelos mesmos meios decretados na respectiva Lei do Orçamento para pagamento das despezas d'elle, podendo realisar-se por prestações, se assim convier aos interesses da Fazenda Publica.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 2.^a

DECRETO N.º 639 — de 12 de Junho de 1852.

Desannexa da Provincia do Pará, e incorpora na do Maranhão todo o territorio entre os rios Turi-assu e Gurupihy.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica desannexado da Provincia do Pará, e incorporado na do Maranhão todo o territorio entre os rios Turi-assú e Gurupihy, servindo este ultimo rio de limite á ambas as Provincias, não obstante quaesquer Leis, e disposições em contrario, que ficão revogadas.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 640 — de 12 de Junho de 1852.

Concede á cada humda das Villas de S. José, S. Miguel, Porto Belto e Lages, da Provincia de Santa Catharina, meia legua de terra em quadra em matos, ou humda legua em campos, onde as houver devolutas dentro dos respectivos Municipios.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Concede-se á cada humda das Villas de S. José, S. Miguel, Porto Bello e Lages, da Provincia de Santa Catharina, meia legua de terra em quadra em matos, ou humda legua em campos, onde as houver devolutas dentro dos respectivos Municipios.

Art. 2.º O Presidente da Provincia, ouvindo a Camara interessada, designará o lugar da concessão em continuidade, ou em porções separadas.

Art. 3.º As Camaras farão medir e demarcar as terras concedidas, e depois as poderão aproveitar, arrendar, e emphyteuticar, mas não poderão alienar a dominio directo.

Art. 4.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 3.^a

DECRETO N.º 641 — de 26 de Junho de 1852.

Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais Companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem.

Hei por bem Sancceionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para conceder á huma ou mais Companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. Esta concessão comprehenderá o privilegio do caminho de ferro por hum prazo que não excederá a noventa annos, contados da incorporação da Companhia, tendo-se em vista o plano e orçamento da obra projectada debaixo das condições seguintes.

§ 1.º A Companhia empresaria terá o direito de desapropriar, na fôrma da Lei, o terreno de dominio particular que for necessario para o leito do caminho de ferro, estações, armazens e mais obras adjacentes; e pelo Governo lhe serão gratuitamente para o mesmo fim concedidos os terrenos devolutos, e nacionaes, e bem assim os comprehendidos nas sesmarias e posses, salvas as indemnisações que forem de direito.

§ 2.º O Governo poderá conceder o uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, para a construcção do caminho de ferro.

§ 3.º Poderá tambem o Governo conceder a isenção de direitos de importação sobre os trilhos, machinas, instrumentos e mais objectos destinados á mesma construcção; bem como, durante hum prazo determinado, a dos

direitos do carvão de pedra que consumir a Companhia em suas officinas, e costeo da estrada.

§ 4.º Durante o tempo do privilegio não se poderá conceder outros caminhos de ferro que fiquem dentro da distancia de cinco leguas tanto de hum, como de outro lado e na mesma direcção d'este, salvo se houver accordo com a Companhia.

§ 5.º Durante o mesmo privilegio, a Companhia terá direito a perceber os preços de transporte, que forem fixados pelo Governo em huma Tabella organizada de accordo com a Companhia, cujo maximo não excederá o custo actual das conducções.

§ 6.º O Governo garantirá á Companhia o juro até cinco por cento do capital empregado na construcção do caminho de ferro, ficando ao mesmo Governo faculdade de contractar o modo e tempo do pagamento d'este juro.

§ 7.º Para o embolso dos juros despendidos pelo Thezouro Nacional estabelecerá o Governo huma escala de porcentagem, que começará a receber logo que a Companhia tiver feito dividendos de oito por cento pelo menos.

§ 8.º Fixará o Governo de accordo com a Companhia o maximo dos dividendos, dado o qual, terá lugar a redução nos preços da Tabella de transportes.

§ 9.º A Companhia se obrigará a não possuir escravos, a não empregar no serviço da construcção e costeo do caminho de ferro se não pessoas livres que, sendo nacionaes, poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço activo da Guarda Nacional, e sendo estrangeiras participarão de todas as vantagens que por Lei forem concedidas aos colonos uteis e industriosos.

§ 10.º A Companhia não poderá emittir acções ou promessas de acções negociaveis, sem que se tenha constituido em sociedade legal com Estatutos approvados pelo Governo.

§ 11.º O caminho de ferro não impedirá o livre transito dos caminhos actuaes, e de quaesquer outros que para commodidade publica se abrirem; nem a respectiva Companhia terá direito a qualquer taxa pela passagem nos pontos de intersecção.

§ 12.º No contracto o Governo marcará o prazo em que deverá a Companhia começar e acabar os trabalhos da construcção do caminho de ferro, comminando huma multa de quatro a vinte contos de réis na falta de cum-

primento em hum ou outro caso; e sob pena de ficar sem effeito o mesmo contracto se a Companhia deixar pela segunda vez de começar ou acabar a obra dentro do prazo que de novo for marcado.

§ 13.º O Governo terá a faculdade de effectuar o resgate da concessão do caminho de ferro, se o julgar conveniente, convencionando-se com a Companhia sobre a epocha e a maneira de o realisar.

§ 14.º Por meio dos necessarios Regulamentos, e de intelligencia com a Companhia, providenciará o Governo sobre os meios de fiscalisação, segurança e policia do caminho de ferro, bem como estatuirá quaesquer outras medidas relativas á construcção, uso, conservação e custeio do caminho de ferro, podendo impor aos infractores penas de multa até duzentos mil réis, e de prisão até tres mezes, e solicitando do Corpo Legislativo providencias ácerca de penas mais graves e proporcionadas aos crimes que possão affectar a sorte da empresa, as garantias do publico, e os interesses do Estado.

Art. 2.º Se apparecerem Companhias que se propoñão a construir caminhos de ferro em quaesquer outros pontos do Imperio, poderá o Governo igualmente contractar com ellas sobre as mesmas bases declaradas no Artigo antecedente. N'este caso porêm serão os respectivos contractos submettidos á approvação do Corpo Legislativo a fim de resolver sobre a conveniencia das linhas projectadas, a opportunidade das empresas, e a responsabilidade do Thesouro.

Art. 3.º O Governo restituirá a Thomaz Cochrane a quantia de quatro contos de réis e o respectivo juro de seis por cento ao anno que pagou de multa pela falta de cumprimento do contracto para a construcção da estrada de ferro que foi reconhecido sem vigor.

Art. 4.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Junho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 4.^a

DECRETO N.º 642 — de 12 de Julho de 1852.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Hespanhol Padre Antonio Bernal.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo he autorizado a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Hespanhol Padre Antonio Bernal.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 643 — de 12 de Julho de 1852.

Approva a concessão feita pelo Decreto de 13 de Novembro de 1850 ao Bucharel Antonio Navarro de Andrade, da propriedade e uso exclusivo, por espaço de 10 annos, do processo que elle se propõe a introduzir no Imperio para preparar e preservar as carnes por meio da pressão hydraulica.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a concessão feita por Decreto de treze de Novembro de mil oitocentos e cincoenta ao Bacharel Antonio Navarro de Andrade, da propriedade e uso exclusivo, por espaço de dez annos, do processo que elle se propõe a introduzir no Imperio para preparar e preservar as carnes por meio da pressão hydraulica.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 5.ª

DECRETO N.º 644 — de 15 de Julho de 1852.

Permitte que os Officiaes d'Armada Nacional, e do extincto Corpo d'Artilharia de Marinha, que forem demittidos dos Postos, a pedido seu, continuem a contribuir para o Monte Pio.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo 1.º Os Officiaes da Armada Nacional, e do extincto Corpo d'Artilharia de Marinha, que forem demittidos dos Postos, a pedido seu, poderão continuar a contribuir para o Monte Pio; e em tal caso suas viúvas, e familias terão direito á pensão, concedida no Plano de vinte e tres de Setembro de mil setecentos noventa e cinco. A presente Resolução comprehenderá tambem os demittidos antes da sua promulgação, huma vez que paguem todas as prestações devidas.

Artigo 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^aSECÇÃO 6.^a

DECRETO N.º 645 — de 31 de Julho de 1852.

Approva o privilegio exclusivo por espaço de sete annos, concedido por Decreto de 13 de Maio de 1848 a Luiz Vernet, para preparar, vender e applicar hum liquido de sua invenção, que preserve os couros da polilha, e as madeiras do cupim, da putrefacção, e dos incendios.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvedo o privilegio exclusivo por espaço de sete annos, concedido por Decreto de treze de Maio de mil oitocentos quarenta e oito a Luiz Vernet, para preparar, vender, e applicar no Imperio hum liquido de sua invenção, que preserve os couros da polilha, e as madeiras do cupim, da putrefacção, e dos incendios.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

LEI N.º 646 — de 31 de Julho de 1852.

*Fixa a Força Naval para o anno financeiro de
1853—1854.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval, para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e tres a mil oitocentos cincoenta e quatro, constará:

§ 1.º Em circumstancias ordinarias, de tres mil praças de todas as classes, embarcadas em navios armados e transportes; e de cinco mil, em circumstancias extraordinarias.

§ 2.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, com vinte e quatro Companhias, e quatro ditas de Aprendizizes Marinheiros.

§ 3.º Da Companhia de Imperiaes Marinheiros da Provincia de Mato Grosso.

§ 4.º Do Corpo de Fusileiros Navaes, com a organização, que for mais conveniente. O tempo de serviço das Praças deste Corpo será igual ao marcado para as do Exercito; e áquellas, que, tendo concluido o referido tempo, quizerem continuar no mesmo serviço, se abonará huma gratificação equivalente ao soldo de primeira praça.

Art. 2.º A Força acima mencionada será preenchida pelos meios autorisados no Artigo quarto da Lei numero seiscentos e treze de vinte e hum de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum.

Art. 3.º O tempo de serviço militar, que os Officiaes prestarem nas Provincias de Mato Grosso, e Amazonas, será computado em mais huma quarta parte para a reforma; e durante o mesmo serviço se lhes abonará o dobro das maiorias de embarque.

Art. 4.º Fica extincta a terceira Classe do Corpo d'Armada, e supprimida a denominação de quarta, dada á dos Officiaes reformados, devendo-se observar as disposições dos paragraphos seguintes:

1.º Os Officiaes, que actualmente pertencem á ter-

ceira Classe, e bem assim os da primeira e segunda, que por lesões, ou molestias incuraveis ficarem inhabilitados para o serviço, serão reformados, segundo o Alvará de dezeseis de Dezembro de mil setecentos e noventa, se contarem vinte e cinco, ou mais annos de serviço; e com a vigesima quinta parte do respectivo soldo por cada anno de serviço, se não contarem vinte e cinco annos completos.

Se as lesões, ou molestias incuraveis procederem de feridas, ou contusões recebidas na guerra, ou em qualquer acção de serviço, a reforma com menos de vinte e cinco annos poderá ser concedida com o soldo por inteiro.

2.º O Governo poderá reformar com a vigesima quinta parte do soldo por cada anno de serviço, que tiverem, os Officiaes, que por faltas graves, contrarias á disciplina militar, forem condemnados a hum anno, ou mais tempo de prisão, e os que, na fórma do Artigo segundo paragrapho terceiro da Lei numero duzentos e sessenta do primeiro de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, forem convencidos de irregularidade de conducta, definida, segundo o Artigo cento sessenta e seis do Codigo Criminal; sem que todavia possuão ter pela reforma, qualquer que seja o tempo de serviço, vencimento maior do que o soldo inteiro, nem graduação superior á dos Pos-tos, em que se acharem.

O vencimento da reforma será elevado á terça parte do soldo, quando em conformidade das disposições deste Artigo for calculado em menor quantia.

Art. 5.º Fica revogada a disposição do Artigo vinte da Lei numero seiscentos vinte e oito de dezeseite de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, quanto ás maiorias de embarque; e os soldos, que actualmente percebem os Officiaes da primeira Classe do Corpo d'Armadá, são augmentados com a quinta parte da sua importancia, continuando porém a regular para os vencimentos de reforma, e pensões do Monte Pio a Tabella da Lei numero duzentos e sessenta, do primeiro de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum.

Art. 6.º São permanentes, e terão vigor desde já as disposições dos Artigos terceiro, quarto e quinto.

Art. 7.º Ficão revogadas as disposições em contrario. Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem

o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar, e correr. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Julho de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assemblêa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval no anno financeiro que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos cincoenta e tres até o ultimo de Junho de mil oitocentos cincoenta e quatro, na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Hermenegildo da Cunha Ribeiro Feijó a fez.

José Hldefonso de Sousa Ramos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada a folhas trinta e sete verso do Livro primeiro de Cartas de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em nove de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous.

José Barbosa de Oliveira.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^aSECÇÃO 7.^a

LEI N.º 647 — de 7 de Agosto de 1852.

Augmenta os vencimentos dos Ministros d'Estado, Presidentes das Províncias, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, e Desembargadores das Relações.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Os Ministros d'Estado terão o ordenado annual de doze contos de réis, cessando a gratificação concedida pela Resolução de seis de Outubro de mil oitocentos trinta e sete.

Os Conselheiros d'Estado em exercicio continuarão a vencer a gratificação annual de dois contos e quatrocentos mil réis.

Art. 2.º Os Presidentes das Províncias terão o ordenado annual de cinco até oito contos de réis, fixado, segundo as circumstancias de cada huma dellas, por Decreto do Governo, que só por Lei poderá ser alterado.

Além do ordenado perceberão huma ajuda de custo, que não exceda a quatro contos de réis para as Províncias do Amazonas e Mato Grosso, a tres contos para as do Pará, Piauhy, e Goyaz, e a dois contos para qualquer das outras.

Art. 3.º Os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça vencerão, além do ordenado de quatro contos de réis, huma gratificação annual de dois contos, e os Desembargadores das Relações o ordenado de tres contos, e a gratificação de hum conto.

A' estas gratificações só terão direito os que se acharem em effectivo exercicio.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades , a quem o conhecimento desta Lei pertencer , que a cumprão , e fação cumprir , e guardar , tão inteiramente , como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir , publicar , e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dois , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Francisco Gonçalves Martins.

Carta de Lei , pela qual Vossa Magestade Imperial Manda exccutar o Decreto da Assemblêa Geral , que Houve por bem Sanccionar , augmentando os vencimentos dos Ministros d'Estado , Presidentes das Provincias , Ministros do Supremo Tribunal de Justiça , e Desembargadores das Relações , na fôrma nella declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Manoel Corrêa Fernandes a fez.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 11 de Agosto de 1852.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 11 de Agosto de 1852.

No impedimento do Official Maior , Joaquim Xavier Garcia d'Almeida.

Registrada a fl. 5 do Livro 2.º de Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 13 de Agosto de 1852.

João Gonçalves de Araujo.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PART 1.^a

SECÇÃO 8.^a

LEI N.º 648 — de 18 de Agosto de 1852.

*Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de
1853—1854.*

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º As Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos cincoenta e tres a mil oitocentos cincoenta e quatro constarão :

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis e de guarnição, dos Quadros da Repartição Ecclesiastica, Corpo de Saude, Estado Maior de primeira e segunda Classes, Engenheiros e Estado Maior General.

§ 2.º De vinte mil Praças de pret de Linha em circumstancias ordinarias, comprehendidos os Corpos de guarnição nas Provincias, em que for necessaria esta especie de Força, podendo ser desde já licenciadas cinco mil na conformidade das disposições do Artigo terceiro do Decreto numero quinhentos sessenta e oito de vinte quatro de Julho de mil oitocentos e cincoenta; e de vinte e seis mil praças em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º De novecentas e sessenta Praças de pret em Companhias de Pedestres.

Art. 2.º As Forças fixadas no Artigo precedente completar-se-hão pelo engajamento voluntario, e, na insufficiencia d'este meio, pelo recrutamento feito em conformidade da Carta de Lei de vinte e nove de Agosto de mil oitocentos trinta e sete, e levada a seiscentos mil réis a quantia que exime o recrutado do serviço. Os que se alistarem voluntariamente servirão seis annos, e os recrutados nove annos. Os voluntarios perceberão huma

gratificação, que não exceda á quantia de quatrocentos mil réis, e, concluindo seu tempo de serviço, terão huma data de terras de vinte e duas mil e quinhentas braças quadradas. O contingente necessario para completar as ditas Forças será distribuido em circumstancias ordinarias pela Capital do Imperio e Provincias.

Art. 3.º O Governo fica autorizado a destacar até quatro mil Praças da Guarda Nacional, em circumstancias extraordinarias. Esta clausula terá applicação desde já.

Art. 4.º O Governo poderá abonar ás Praças dos Corpos do Exercito, que, podendo obter baixa por terem completado o tempo de serviço, quizerem continuar a servir, huma gratificação igual ao soldo de primeira praça, em quanto forem Praças de pret.

Art. 5.º Não havendo numero sufficiente de Cirurgiões militares, poderá o Governo ajustar por contracto os que forem necessarios por tempo limitado, e sem preterição dos Cirurgiões effectivos do Exercito.

Art. 6.º O Posto de Marechal do Exercito só será preenchido quando o Governo julgar conveniente.

Art. 7.º He permanente a disposição do Artigo decimo da Carta de Lei numero seiscentos e quinze de vinte e tres de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum.

Art. 8.º Tanto para o caso de reforma, como para o de accesso, segundo a clausula estabelecida no Artigo quarto da Lei numero quinhentos oitenta e cinco de seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, aos Officiaes que servirem nas Provincias de Mato Grosso e Amazonas será contado em mais huma quarta parte o tempo do seu effectivo serviço n'essas Provincias; e, em quanto ali servirem, se lhes abonará em dobro a gratificação adicional.

Art. 9.º Fica extincta a terceira Classe do Exercito, e supprimida a denominação de quarta dada á dos Officiaes reformados, observando-se as disposições dos seguintes §§.

1.º Os actuaes Officiaes da terceira Classe, assim como os da primeira e segunda, que por lesões ou molestias incuraveis se inhabilitarem de continuar a servir, serão reformados segundo o Alvará de dezaseis de Dezembro de mil setecentos e noventa, se tiverem vinte e cinco ou mais annos de serviço, e com a vigesima quinta parte do respectivo soldo por cada anno de serviço, se não ti-

verem vinte e cinco annos completos. Se as lesões ou molestias incuraveis procederem de feridas ou contusões recebidas na guerra ou em qualquer acção de serviço, a reforma com menos de vinte e cinco annos poderá ser concedida com o soldo por inteiro.

2.º Os Officiaes que por faltas graves contrarias á disciplina militar forem condemnados a hum anno ou mais tempo de prisão, e os que, na fôrma do Artigo segundo paragrapho terceiro do Decreto numero duzentos e sessenta do primeiro de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum, forem convencidos de irregularidade de conducta definida segundo o Artigo cento sessenta e seis do Codigo penal, poderá o Governo reformar com a vigesima quinta parte do soldo por cada anno de serviço que tiverem, sem que possam ter pela reforma, qualquer que seja o tempo de serviço, vencimento maior do que o soldo inteiro, nem graduação superior á dos postos em que se acharem.

3.º O vencimento da reforma não será menor que a terça parte do soldo, quando de conformidade ás disposições dos §§ anteriores for calculado em menos.

Art. 10. O Governo he autorizado :

1.º A crear junto ao Ministerio da Guerra huma Repartição de Quartel-mestre General.

2.º Alterar a organização do Exercito supprimindo hum Batalhão de Infantaria, que será substituido por hum Regimento de Cavallaria, podendo passar os Officiaes de Infantaria, que tiverem as precisas habilitações, para o novo Regimento.

3.º A extinguir os Conselhos de administração dos fundos de fardamento dos Corpos creados pelo Alvará de doze de Março de mil oitocentos e dez, estabelecendo porêm na Capital do Imperio, e nas Provincias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará Conselhos para administração dos mesmos fundos de fardamento.

4.º A melhorar convenientemente a Tabella da gratificação denominada de—transporte—que compete aos Officiaes do Corpo de Engenheiros empregados em Commisões activas.

Art. 11. Fica revogada a disposição do Artigo vigesimo da Lei numero seiscentos vinte e oito de dezasete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum, quanto á gratificação addiccional, e os soldos que perechem

os Officiaes da 1.^a Classe do Exercito são augmentados com a quinta parte de sua importancia; continuando porém a regular para os vencimentos de reforma e pensões do meio soldo e Monte-Pio de Marinha a Tabella da Lei do primeiro de Dezembro de mil oitocentos quarenta e hum.

Art. 12. O vencimento diario das Praças de pret das Companhias de Pedestres he igualado ao das Praças de pret dos Corpos do Exercito.

Art. 13. As disposições dos Artigos quarto, quinto e sexto são permanentes. Tambem são permanentes as disposições dos Artigos oitavo, nono, decimo, undecimo e doudécimo, e desde já terão vigor.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como n'ella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezoito dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as Forças de terra para o anno financeiro de 1853—1854.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros a fez.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 21 de Agosto de 1852.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 26 de Agosto de 1852.

Libanio Augusto da Cunha Matos.

Registrada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra a fl. 180 do Livro 2.º de Leis em 27 de Agosto de 1852.

José Venancio Cantalice.

DECRETO N.º 649 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a pensão annual de Rs. 800.000 concedida por Decreto do 1.º de Agosto de 1850 a D. Helena de Andrade Magalhães.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a pensão annual de oitocentos mil réis, concedida por Decreto do 1.º de Agosto de 1850 a D. Helena de Andrade Magalhães, em attenção a trinta e seis annos de serviços prestados por seu fallecido marido João Gonçalves de Magalhães, mestre da officina de granizo da Fabrica da Pólvora, morto na explosão da mesma Fabrica; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 650 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a Pensão concedida por Decreto de 13 de Outubro de 1851 a Francisca Gomes de Vasconcellos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão concedida, por Decreto de treze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e hum, a Francisca Gomes de Vasconcellos, correspondente ao soldo que vencia seu filho o primeiro Sargento Francisco Antonio dos Reis, morto em combate defendendo a Ordem publica.

Art 2.º A sobredita Pensão será percebida desde a data do referido Decreto; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 651 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a Pensão annual de Rs. 180,000 equivalente ao soldo de Guardião do numero d'Armada, concedida a Luiz Gomes da Cunha.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de cento e oitenta mil réis, equivalente ao soldo de Guardião do numero d'Armada, concedida por Decreto de dois de Dezembro de mil oitocentos trinta e nove a Luiz Gomes da Cunha, que ficou aleijado de ambos os braços,

em consequencia de ferimentos que recebeo em combate defendendo a Ordem publica; revogada qualquer disposição em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 652 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a Pensão annual de 600.000 réis, repartidamente, concedida por Decreto de 13 de Agosto de 1850 a D. Maria Rosalina Nepomuceno da Silva, D. Theodosia Rachel Nepomuceno da Silva, e D. Balbina Benigna Nepomuceno da Silva, em plena remuneração dos serviços prestados por seu fallecido pae o Coronel João Nepomuceno da Silva.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, repartidamente, concedida por Decreto de treze de Agosto de mil oitocentos e cincoenta a D. Maria Rosalina Nepomuceno da Silva, D. Theodosia Rachel Nepomuceno da Silva, e D. Balbina Benigna Nepomuceno da Silva, em plena remuneração dos serviços prestados por seu fallecido pae o Coronel João Nepomuceno da Silva; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto

de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 653 — de 18 de Agosto de 1852.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a diversos estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo he autorizado para conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Salvador Roisseco, natural de Sardenha; ao Padre José Von Reis, natural de Vienna d'Austria; ao Doutor Roberto Christiano Bertoldo Avê Lallemand, natural de Lubeck; ao Doutor Theodoro João Henrique Langaard, natural da Dinamarca; a Bartholomeo Ravena, natural de Genova; a Antonio Botto, natural da Italia; a Marck Neville, natural de Inglaterra; a Jacob Alonso Rios, natural de Hespanha; e a Antonio Corrêa, Balthasar Victor Bezerra, João José da Silva Porto, e Manoel Gonçalves Carneiro, naturaes de Portugal, e Manoel Pereira da Silva, Negociante estabelecido na Cidade da Bahia; ficando para este fim dispensadas as disposições da Lei em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 654 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a Pensão de 120\$000 réis annuaes, concedida por Decreto de 27 de Setembro de 1851 a José Julião do Nascimento.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a Pensão de cento e vinte mil réis annuaes, concedida por Decreto de vinte e sete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e hum a José Julião do Nascimento, que em combate, defendendo a Ordem publica, foi gravemente ferido.

Art. 2.º O agraciado tem direito de perceber a mencionada Pensão desde a data do referido Decreto; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 655 — de 18 de Agosto de 1852.

Approva a Pensão concedida por Decreto de 6 de Outubro de 1851 a Paula Maria do Espirito Santo, viuva do Guarda Nacional Pascoal Pinto de Matos.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão concedida por Decreto de seis de Outubro de mil oitocentos cincoenta e hum a Paula Maria do Espirito Santo, viuva do Guarda Nacional Pascoal Pinto de Matos, morto em combate defendendo a Ordem publica na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º A sobredita Pensão será percebida desde a data do Decreto mencionado; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

LEI N.º 656 — de 18 de Agosto de 1852.

Autorisa o Governo a despende até oitocentos contos de réis na aquisição de Vapores.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a despende até oitocentos contos de réis na aquisição de Vapores, especialmente destinados ao cruzeiro da costa do Imperio.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar, e correr. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial
Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legisla-
tiva, que Houve por bem Sanccionar, autorizando o Go-
verno a despende até oitocentos contos de réis na ac-
quisição de Vapores, na fórma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Maria de Sousa a fez.

José Ildefonso de Sousa Ramos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em vinte e seis de
Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria d'Es-
tado dos Negocios da Marinha em vinte e sete de Agosto
de mil oitocentos cincoenta e dous.

Francisco Xavier Bomtempo.

Registrada a folhas trinta e nove do Livro primeiro de
Cartas de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Ma-
rinha em vinte e oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta
e dous.

José Barbosa de Oliveira.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 9.ª

DECRETO N.º 657 — de 27 de Agosto de 1852.

Manda que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul dê mais hum Deputado á Assembléa Geral Legislativa.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul dará mais hum Deputado á Assembléa Geral Legislativa; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 658 — de 27 de Agosto de 1852.

Declara que são applicaveis ao Lente de Pathologia interna, o Doutor Joaquim José da Silva, as disposições da Resolução de 13 de Outubro de 1837.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As disposições da Resolução de treze de

Outubro de mil oitocentos trinta e sete, que manda contar aos Lentes da Escola de Medicina o tempo de serviço prestado na Academia Medico-Cirurgica, são applicaveis ao Lente de Pathologia interna, Doutor Joaquim José da Silva.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 10.ª

DECRETO N.º 659 — de 28 de Agosto de 1852.

*Approva a Pensão annual concedida repartidamente á
viuva e filhas do Capitão Isidoro José Rocha do Brasil,
equivalente á metade do soldo que elle vencia.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a Pensão annual, que por Decreto de 13 de Setembro de 1851 foi concedida repartidamente a D. Maria Senhorinha de Jesus Rocha Brasil, D. Jesuina Para-assú Rocha do Brasil, D. Edeltrudes Rosalina Indiana do Brasil, e D. Elisa Rocha do Brasil, viuva e filhas do Capitão Isidoro José Rocha do Brasil, da quantia equivalente á metade do soldo que elle vencia, e sem prejuizo da que por direito competir ás agraçadas.

Art. 2.º Ficção para este fim revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 11.^a

DECRETO N.º 660 — de 1 de Setembro de 1852.

*Permitte ao Estudante Antonio Duarte da Silva Valença
fazer acto do 4.º e 5.º anno do Curso Juridico.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ao Estudante Antonio Duarte da Silva Valença
será permittido fazer acto do quarto anno do Curso Juri-
dico, com tanto que se mostre habilitado com a neces-
saria frequencia; e depois de approvado e pagas as ma-
triculas, será com a mesma condição admittido ao do quinto
anno, que como ouvinte está frequentando.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas as disposições
em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Se-
nador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Ne-
gocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça exe-
cutar. Palacio do Rio de Janeiro em hum de Setembro
de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da
Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 661 — de 1 de Setembro de 1852.

*Approva a Pensão annual de 240,000 réis, concedida a
Antonia Isabel da Conceição.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a
Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art 1.º Fica approvada a Pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de treze de Agosto de mil oitocentos cincoenta e hum a Antonia Isabel da Conceição, viuva do Cabo d'Esquadra do 1.º Batalhão de Caçadores Justino José Fernandes, morto no combate de Cruangy, na Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º Esta Pensão será paga desde a data do referido Decreto, ficando para esse fim revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocio do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em hum de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 12.^a

DECRETO N.º 662 — de 2 de Setembro de 1852

Autorisa o Governo a transferir da terceira para a primeira Classe do Exército o Capitão d'Infantaria Sebastião Antonio do Rego Barros.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Único. Fica o Governo autorizado a deferir, como for de justiça, o requerimento do Capitão da terceira Classe do Exército Sebastião Antonio do Rego Barros, a fim de ser transferido para a primeira Classe do mesmo Exército, revogadas as disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 13.^a

DECRETO N.º 663 — de 6 de Setembro de 1852.

*Regula o pagamento da taxa do Sello dos bilhetes ou
vales dos Bancos estabelecidos na forma da
Legislação em vigor.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Bancos estabelecidos na forma da Legislação em vigor pagarão de Sello de seus bilhetes ou valles em cada semestre a taxa correspondente ao total da emissão autorizada pelos respectivos Estatutos.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.

DECRETO N.º 664 — de 6 de Setembro de 1852.

*Fixa os vencimentos dos Empregados da Bibliotheca Pu-
blica da Capital do Imperio.*

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Empregados da Bibliotheca Publica da Capital do Imperio terão os vencimentos abaixo declarados:

O Bibliothecario hum conto e quatrocentos mil réis.

O Primeiro Official hum conto de réis.

Cada hum dos dous Segundos Officiaes oitocentos mil réis.

Cada hum dos tres Praticantes seiscentos mil réis.

Cada hum dos dous Guardas quinhentos mil réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 665 — de 6 de Setembro de 1852.

Manda executar com algumas alterações a Resolução N.º 374 de 24 de Setembro de 1845, sobre terrenos diamantinos na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º A Resolução N.º 374 de 24 de Setembro de 1845 será executada com as seguintes alterações:

§ 1.º Os terrenos diamantinos da Provincia de Minas Geraes, já explorados pela antiga Administração, ou pelos Concessionarios, poderão ser arrendados ás pessoas que os estiverem effectivamente occupando, pelo preço de hum real por braça quadrada sem dependencia de hasta publica.

§ 2.º Os terrenos já explorados, mas não effectivamente occupados, serão arrendados em hasta publica, ficando reduzido a hum real o preço minimo de cada huma braça quadrada.

§ 3.º Expedido o titulo de arrendamento de qualquer lote de terrenos diamantinos, continuará elle a ter vigor

em quanto convier ao arrendatario , ou o Corpo Legislativo não der outro destino aos referidos terrenos.

§ 4.º Nenhum lote de terrenos diamantinos conterá mais de cem mil braças quadradas , e ninguém poderá obter mais de dois lotes.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Joaquim José Rodrigues Torres , do Meu Conselho , Senador do Imperio , Presidente do Conselho de Ministros , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda , e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro , aos seis de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e dois , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim José Rodrigues Torres.



DECRETO N.º 666 — de 6 de Setembro de 1852.

Crea na Provincia do Maranhão mais hum Collegio Eleitoral.

Hei por bem Sanccionar , e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica creado na Provincia do Maranhão mais hum Collegio Eleitoral , composto dos Eleitores das Freguezias dos Municipios do Crotá e Codó , o qual se reunirá na Villa do Crotá.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins , do Meu Conselho , Senador do Imperio , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha entendido , e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PART. 1.^a

SECÇÃO 14.^a

DECRETO N.º 667 — de 9 de Setembro de 1852.

Manda executar a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva a aposentadoria concedida á Francisco Vaz Motum, Porteiro da Intendencia da Marinha da Provincia da Bahia.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a aposentadoria concedida, por Decreto de seis de Junho de mil oitocentos cincoenta e hum, com o ordenado por inteiro de trezentos e sessenta mil réis a Francisco Vaz Motum, Porteiro da Intendencia da Marinha da Provincia da Bahia, em attenção ao seu estado valetudinario, e aos serviços prestados por espaço de quarenta e dous annos; ficando revogadas para este fim as Leis e disposições em contrario.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^aSECÇÃO 15.^a

LEI N.º 668 — de 11 de Setembro de 1852.

Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1853—1854.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

CAPITULO I.

Despeza geral.

Art. 1.º A Despeza geral do Imperio para o exercicio de 1853—1854 he fixada na quantia de 29.633.706\$304, a qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na fôrma especificada nos Artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 3.711.199\$334

A saber:

1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador	800.000\$000
2.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz	96.000\$000
3.º Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel.....	12.000\$000
4.º Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina	6.000\$000
5.º Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria e aluguel de casas.....	102.000\$000
6.º Alimentos da Princeza a Senhora D. Maria Amelia.....	6.000\$000
7.º Dotação de Sua Magestade a Imperatriz do Brasil, viuva, a Duqueza de Bragança	50.000\$000
8.º Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz.....	6.000\$000

9.º Ditos da Princeza a Senhora D. Maria Isabel.....	6.000\$000
10.º Ditos do Principe o Senhor D. Felipe	6.000\$000
11.º Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....	3.200\$000
12.º Secretaria d'Estado.....	36.000\$000
13.º Gabinete Imperial.....	1.900\$000
14.º Conselho d'Estado.....	28.800\$000
15.º Presidencias de Provincias.....	131.600\$000
16.º Camara dos Senadores e Secretaria.	213.920\$000
17.º Dita dos Deputados e idem.....	309.240\$000
18.º Cursos Juridicos, ficando supprimida a despeza com medalhas para premios, e incluída a quantia de 4.000\$ para aquisição de livros para as Bibliothecas.....	90.060\$000
19.º Escolas de Medicina, incluída a quantia de 2.000\$ para aquisição de livros para as Bibliothecas.....	88.413\$334
20.º Academia das Bellas Artes.....	19.396\$000
21.º Museo.....	6.044\$000
22.º Hygiene Publica.....	23.500\$000
23.º Empregados de visitas de saude dos Portos.....	12.103\$000
24.º Lazaretos.....	20.000\$000
25.º Instituto Vaccinico.....	14.400\$000
26.º Archivo Publico.....	7.420\$000
27.º Correio Geral e Paquetes de Vapor.	811.000\$000
28.º Comissões de Engenheiros.....	5.700\$000
29.º Canaes, pontes, e estradas, e outras obras publicas Geraes, sendo 200.000\$ para se empregarem nas obras Provinciaes, que o Governo julgar mais convenientes.....	500.000\$000
30.º Catechese e civilisação dos Indios .	40.000\$000
31.º Colonias Militares.....	50.000\$000
32.º Estabelecimento de Educandas no Pará.....	2.000\$000
33.º Eventuaes.....	25.000\$000

No Municipio da Côte.

34.º Escolas menores de Instrucção Publica.....	47.786\$000
35.º Bibliotheca Publica.....	9.248\$000
36.º Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas.....	10.520\$000
37.º Dito do Passeio Publico.....	3.949\$000
38.º Instituto Historico e Geographico Brasileiro.....	2.000\$000

39.º Imperial Academia de Medicina...	2.000\$000
40.º Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional	4.000\$000
41.º Hospital dos Lazaros.....	2.000\$000
42.º Obras Publicas.....	100.000\$000
43.º Exercicios findos.....	5

Art. 3.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça he autorisado para despende com es objectes designados nos seguintes paragraphos a quantia de 2.250.191\$188

A saber :	
1.º Secretaria d'Estado.....	31.000\$000
2.º Tribunal Supremo de Justiça.....	72.066\$668
3.º Relações	180.000\$000
4.º Justiças de 1.ª Instancia.....	545.000\$000
5.º Policia e segurança publica, incluido o vencimento devido, na conformidade do Decreto N.º 270 de 23 de Fevereiro de 1843, aos dous Amanuenses extraordinarios da Secretaria da Policia da Provincia da Bahia, que passarão a ser ordinarios em virtude do Art. 19 da Lei N.º 514 de 23 de Outubro de 1848.	154.446\$800
6.º Guarda Nacional.....	115.221\$500
7.º Telegraphos	11.480\$400
8.º Bispos, Cathedraes, Relação Metropolitana, Parochos, Vigarios Geraes e Provisores.....	510.000\$000
9.º Seminarios Episcopaes	30.000\$000
10.º Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro	62.710\$000
11.º Repressão do trafico de Africanos..	25.000\$000
12.º Eventuaes.....	10.000\$000

No Municipio da Côte.

13.º Culto Publico.....	4.547\$720
14.º Corpo Municipal Permanente	289.211\$700
15.º Casa de correção e reparo de Cadêas	64.000\$000
16.º Condução e sustento de presos...	20.000\$000
17.º Illuminação Publica.....	125.506\$400
18.º Exercicios findos.....	5

Art. 4.º O Ministerio e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado para despende com os objectes designados nos seguintes paragraphos a quantia de 540.001\$000

A saber :

1.º	Secretaria d'Estado.....	40.001\$000
2.º	Legações e Consulados ao cambio de 27	400.000\$000
3.º	Empregados em disponibilidade idem.	5.000\$000
4.º	Extraordinarias no exterior idem...	75.000\$000
5.º	Ditas no interior em moeda do Paiz.	20.000\$000
6.º	Exercicios findos.....	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 4.069.434\$990

A saber :

1.º	Secretaria d'Estado.....	26.200\$000
2.º	Quartel General da Marinha.....	4.461\$000
3.º	Conselho Supremo Militar.....	3.600\$000
4.º	Auditoria e Executoria.....	3.090\$000
5.º	Corpo d'Armada e classes annexas.	296.850\$960
6.º	Dito de Fuzileiros Navaes.....	21.501\$300
7.º	Dito de Imperiaes Marinheiros.....	55.487\$000
8.º	Companhias de Invalidos.....	7.745\$910
9.º	Contadorias.....	40.700\$000
10.º	Intendencias e accessorios.....	43.094\$760
11.º	Arsenaes.....	630.003\$825
12.º	Capitanias dos Portos.....	57.740\$080
13.º	Navios armados.....	620.916\$510
14.º	Ditos de transporte.....	34.801\$000
15.º	Ditos desarmados.....	24.903\$000
16.º	Hospitaes.....	13.376\$900
17.º	Pharoes.....	16.003\$300
18.º	Academia de Marinha.....	24.227\$000
19.º	Escola.....	1.304\$000
20.º	Bibliotheca.....	1.230\$210
21.º	Reformados.....	36.027\$235
22.º	Material.....	1.471.171\$000
23.º	Obras, sendo 400.000\$ para a conclusão do dique secco da Ilha das Cobras, que o Governo fica autorisado para contractar, devendo na proxima reunião do Corpo Legislativo dar contas do que fizer em virtude desta authorisação.....	540.000\$000
24.º	Despezas extraordinarias e eventuaes.	95.000\$000
25.º	Exercicios findos.....	\$

Art. 6.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de... 7.325.418\$027

A saber :	
1.º Secretaria d'Estado	34.200\$000
2.º Contadoria Geral.....	36.440\$000
3.º Conselho Supremo Militar.....	33.162\$800
4.º Pagadoria das Tropas	12.300\$000
5.º Escola Militar e Observatorio Astro-	
nomico	53.620\$000
6.º Archivo Militar e Officina Lithogra-	
phica	16.329\$200
7.º Arsenaes de Guerra e Armazens de	
artigos bellicos.....	771.110\$800
8.º Hospitaes.....	146.395\$000
9.º Commandos d'Armas	33.844\$100
10.º Officiaes do Exercito e Reformados.	969.543\$274
11.º Exercito	3.991.572\$880
12.º Corpo de Saude do Exercito.....	164.140\$000
13.º Gratificações diversas	196.639\$600
14.º Invallidos	48.954\$723
15.º Pedestres.....	151.953\$430
16.º Recrutamento e engajamento.....	109.000\$000
17.º Fabrica de Polyora.....	109.687\$540
18.º Dita de ferro de Ypanema.....	30.151\$860
19.º Presidio da Ilha de Fernando.....	36.172\$800
20.º Obras Militares.....	390.000\$000
21.º Diversas despesas e eventuaes.....	146.000\$000
22.º Exercicios findos	\$

Art. 7.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de... **11.737.461\$765**

A saber :	
1.º Divida externa fundada, calculada ao	
cambio de 27	4.213.955\$554
2.º Dita interna fundada	3.447.698\$000
3.º Juros da divida inscripta antes da	
emissão das respectivas Apolices, e pagamento	
em dinheiro das quantias da mesma divida	
menores de 400\$, na fórma do Art. 93 da Lei	
de 24 de Outubro de 1832.....	32.000\$000
4.º Caixa d'Amortisação, filial da Bahia,	
e Empregados no resgate e substituição do	
papel moeda	39.760\$000
5.º Pensionistas do Estado	509.545\$713
6.º Aposentados.....	306.907\$830
7.º Empregados de Repartições extinctas	37.461\$666
8.º Thesouro Nacional.....	328.800\$000
9.º Thesourarias	465.062\$000

10.º	Juizo dos Feitos da Fazenda.....	43.500\$000
11.º	Alfandegas.....	1.100.793\$000
12.º	Consulados.....	175.090\$000
13.º	Recebedorias.....	105.711\$000
14.º	Mesas de Rendas e Collectorias.....	171.000\$000
15.º	Casa da Moeda.....	54.600\$000
16.º	Officina e Armazem do papel sellado.	50.480\$000
17.º	Typographia Nacional.....	40.000\$000
18.º	Officina de Apolices.....	2.800\$000
19.º	Administração de Proprios nacionaes.	15.769\$000
20.º	Dita de terrenos diamantinos.....	9.280\$000
21.º	Almoxarifados.....	838\$000
22.º	Ajudas de custo a Empregados de Fa- zenda.....	12.000\$000
23.º	Curadoria de Africanos livres.....	1.500\$000
24.º	Medição de terrenos de marinha....	3.000\$000
25.º	Premios de letras, desconto de as- signados das Alfandegas, commissões, cor- retagens e seguros.....	150.000\$000
26.º	Juros dos emprestimos do cofre dos Orphãos.....	80.000\$000
27.º	Reposições e restituções de direitos e outras.....	50.000\$000
28.º	Côrte e conducção de pão-brasil....	60.000\$000
29.º	Obras, sendo 20.000\$ para a da Al- fandega de Maceyó.....	200.000\$000
30.º	Gratificações.....	10.000\$000
31.º	Eventuaes.....	20.000\$000
32.º	Exercicios findos.....	\$
33.º	Pagamento de emprestimos do cofre dos Orphãos.....	\$
34.º	Dito dos bens de defuntos e ausentes	\$
35.º	Ditos de depositos de qualquer origem	\$

CAPITULO II.

Receita Geral.

Art. 8.º A Receita Geral do Imperio he orçada na quantia de..... 32.353.000\$000

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto da Renda Geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei, sob os titulos abaixo designados:

- 1.º Direitos de importação para consumo.
- 2.º Ditos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Expediente dos generos estrangeiros despachados com carta de guia.

- 5.º Dito dos generos do Paiz.
- 6.º Dito dos generos livres.
- 7.º Armazenagem.
- 8.º Premios de assignados.
- 9.º Multas.
- 10.º Ancoragem.
- 11.º Direitos de 15 por cento das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes.
- 12.º Ditos de 5 por cento na compra e venda das embarcações.
- 13.º Ditos de exportação, reduzidos de 7 a 6 por cento.
- 14.º Ditos de 2 por cento idem.
- 15.º Ditos de 1 por cento idem do ouro em barras.
- 16.º Ditos de $\frac{1}{2}$ por cento idem dos diamantes.
- 17.º Expediente das capatazias.
- 18.º Multas.
- 19.º Renda do Correio Geral.
- 20.º Dita da Casa da Moeda.
- 21.º Dita da senhoriagem da prata.
- 22.º Dita da Typographia Nacional.
- 23.º Dita da Casa de Correção.
- 24.º Dita da Fabrica da Polvora.
- 25.º Dita da dita de ferro de Ypanema.
- 26.º Dita dos Arsenaes.
- 27.º Dita de Proprios nacionaes.
- 28.º Dita de terrenos diamantinos.
- 29.º Fóros de terrenos e de marinhas, excepto as do Município da Córte.
- 30.º Laudemios.
- 31.º Siza dos bens de raiz.
- 32.º Decima urbana de huma legua além da demarcação.
- 33.º Dita adicional das Corporações de mão morta.
- 34.º Direitos novos e velhos e de Chancellaria.
- 35.º Dizima da Chancellaria.
- 36.º Joias das Ordens honorificas.
- 37.º Matriculas dos Cursos Juridicos.
- 38.º Ditas das Escolas de Medicina.
- 39.º Multas por infracção de Regulamentos.
- 40.º Sello do papel fixo e proporcional.
- 41.º Premio dos depositos publicos.
- 42.º Imposto dos Despachantes e Corretores.
- 43.º Emolumentos das Repartições de Fazenda.
- 44.º Imposto sobre lojas, casas de descontos, &c.
- 45.º Dito sobre casas de moveis, roupa, &c., fabricados em Paiz estrangeiro.
- 46.º Dito sobre barcos do interior.
- 47.º Dito de 8 por cento das loterias.
- 48.º Dito de 8 por cento dos premios das mesmas.

- 49.º Dito sobre a mineração.
- 50.º Taxa dos escravos.
- 51.º Venda de polvora.
- 52.º Dita de pão-brasil.
- 53.º Imposto sobre datas mineraes.
- 54.º Cobrança de dívida activa.

Peculiares do Município.

- 55.º Dizimos.
- 56.º Decima urbana.
- 57.º Terças partes de Offícios.
- 58.º Emolumentos de Policia.
- 59.º Imposto sobre as casas de leilão e modas.
- 60.º Dito de patente no consumo d'aguardente.
- 61.º Dito do gado de consumo.
- 62.º Meia siza de escravos.
- 63.º Sello de heranças e legados.
- 64.º Rendimento do evento.

Extraordinarias.

- 65.º Contribuição para o Monte pio.
- 66.º Indemnisações.
- 67.º Receita eventual.
- 68.º Reposições e restituições.
- 69.º Venda de generos nacionaes.

Depositos.

- 1.º Empréstimo dos cofres dos Orphãos.
- 2.º Bens de defuntos e ausentes.
- 3.º Consumo das Alfandegas e Consulados.
- 4.º Depositos de diversas origens.
- 5.º Premios de loterias.
- 6.º Salarios de Africanos livres.

Art. 10. O Governo fica autorizado a emittir bilhetes do Thesouro até a somma de 4.000.000*000 como anticipação de Receita no exercicio desta Lei.

CAPITULO III.

Disposições Geraes.

Art. 11. O Governo fica autorizado para :

- 1.º Fazer as despesas precisas com o estudo das causas das seccas, que periodicamente assolão a Provincia do Ceará e outras do Norte, e dos meios proprios para remove-las.

2.º Despender até a quantia de 10.000\$000 com a criação e manutenção de novas Cadeiras de ensino nos Seminarios Episcopaes.

3.º Despender até a quantia de 10.000\$ com o reparo do edificio nacional pertencente á Repartição de Marinha, e situado na rua de Bragança desta Cidade, para servir de Quartel ao Corpo de Fuzileiros Navaes; e 2.400\$ com os reparos do Arsenal de Marinha da Cidade de Santos.

4.º Pagar as dividas de exercicios findos sem dependencia de pedidos de creditos, excepto nos seguintes casos: 1.º se não houver fundos proprios do exercicio a que pertencer o serviço cujo pagamento for reclamado: 2.º se o serviço não tiver sido autorizado por Lei, ou por credito aberto pelo Governo nos casos em que o póde fazer. As dividas de exercicios findos até o encerramento do exercicio de 1849—1850 serão pagas com fundos do de 1850—1851 e seguintes, se para tanto chegarem: no caso contrario se-lo-hão pelos saldos dos creditos votados para pagamento das dividas desta natureza, formando a despeza rubrica especial no Balanço.

Art. 12. O Governo fica igualmente autorizado para reduzir a cinco por cento, durante o exercicio desta Lei, os direitos de exportação, de que trata o § 13 do Art. 9.º, se julgar que tal redução não poderá desfalecar os recursos necessarios para as despesas decretadas.

Art. 13. Fica revogado o Art. 3.º do Decreto N.º 598 de 14 de Setembro de 1850, na parte em que designa os Membros da Junta Central de Hygiene Publica; e a nomeação destes Funcionarios, assim como a das Comissões e dos Delegados nas Provincias, será feita pelo Governo, como for mais conveniente.

Art. 14. Continúa em vigor a disposição do § 8.º do Art. 11 da Lei N.º 555 de 15 de Junho de 1850, que autorisa o Governo a arrendar a Fabrica de ferro de S. João de Ypanema.

Art. 15. Fica supprimida a Aula de Tachigraphia, de que trata o Art. 2.º § 8.º da Lei de 22 de Outubro de 1836.

Art. 16. Fica concedida á Camara Municipal da Cidade do Recife a remissão da divida, pela qual foi executada por parte da Fazenda Publica, proveniente do emprestimo feito por esta para festejos ordenados pelo Governo por occasião da Aclamação de El-Rei o Senhor D. João VI, e sem effeito a referida execução.

Art. 17. As despesas autorizadas por esta e outras Leis promulgadas no corrente anno, e anteriores sem a decretação de fundos correspondentes, serão pagas pelos mesmos meios votados para pagamento das que são contempladas com quantia definida nas rubricas respectivas.

Art. 18. As disposições do Art. 11 §§ 1.º, 3.º e 4.º, e dos

Arts. 13, 16 e 17 da presente Lei terão vigor desde a sua publicação.

Art. 19. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despesa, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 20. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos onze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1853—1854, e dando outras providencias, como acima se declara.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Malaquias Baptista Franco a fez.

José Hedefonso de Sousa Ramos.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 17 de Setembro de 1852.

Josino do Nascimento Silva.

Nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda foi publicada a presente Lei aos 17 de Setembro de 1852.

João Maria Jacobina.

DECRETO N.º 669 — de 11 de Setembro de 1852.

Approva a Pensão annual de 600.000 réis concedida a D. Rosa Maria da Silveira Bomtempo.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. He approvada a Pensão annual de seiscentos mil réis, concedida por Decreto de trinta de Outubro de mil oitocentos quarenta e seis a D. Rosa Maria da Silveira Bomtempo, em remuneração dos serviços prestados por seu finado marido o Doutor José Maria Bomtempo.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

DECRETO N.º 670 — de 11 de Setembro de 1852.

Approva os privilegios concedidos a Eduardo de Mornay, Alfredo de Mornay, e Mariano Procopio Ferreira Lage, a fim de organisarem, o 1.º e 2.º huma Companhia para construir hum caminho de ferro na Provincia de Pernambuco, e o 3.º outra Companhia para construir tambem, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvado o privilegio concedido por Decreto numero mil e trinta de sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous a Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay pelo tempo de noventa annos, a fim de organisarem huma Companhia para construir hum caminho de

ferro na Provincia de Pernambuco , entre a Cidade do Recife e a Villa d'Agua Preta , com as condições a que se refere o mesmo Decreto.

Art. 2.º Fica tambem approved o privilegio concedido por Decreto numero mil e trinta e hum de sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e dous a Mariano Procopio Ferreira Lage , pelo tempo de cincoenta annos , a fim de organizar huma Companhia para construir , melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes , com as condições a que se refere o mencionado Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins , do Meu Conselho , Senador do Imperio , Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio , assim o tenha entendido , e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous , trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 13.

PARTE 1.^a

SECÇÃO 16.^a

DECRETO N.º 671 — de 13 de Setembro de 1852.

Altera a divisão dos Collegios Eleitoraes de diversas Provinces feita pelos respectivos Presidentes, em virtude do Artigo 63 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A divisão de Collegios Eleitores feita pelos Presidentes das Provinces de Minas Geraes, Bahia, Pernambuco, S. Paulo, S. Pedro do Rio Grande do Sul, Sergipe, Ceará, Mato Grosso, Parahiba do Norte, Pará, Rio de Janeiro e Maranhão, em virtude do Art. 63 da Lei de 19 de Agosto de 1846, fica alterada pela maneira seguinte :

§ 1.º Na Provincia de Minas Geraes ficão creados sete Collegios Eleitoraes :

1.º O de S. Domingos de Minas Novas, composto dos Eleitores das Freguezias de S. Domingos de Minas Novas, Calhão e S. Miguel.

2.º O da Villa de Piumhy, composto dos Eleitores das Freguezias de Nossa Senhora do Livramento, de Piumhy, e Santa Anna de Bambuihy.

3.º O da Villa de Santo Antonio da Parahibuna, composto dos Eleitores das Freguezias de Santo Antonio da Parahibuna, Nossa Senhora da Gloria de Simão Pereira, Nossa Senhora da Assumpção do Chapeo d'Uvas, e S. José do Rio Preto.

4.º O da Villa do Rio Preto, composto dos Eleitores das Freguezias de Passos do Rio Preto e Conceição de Ibitipoca, ficando extinto o de Dores do Rio do Peixe.

5.º O de S. José e Dores de Alfenas, composto dos Eleitores das Freguezias de S. José e Dores de Alfenas, Carmo da Escaramuça, S. João Baptista do Douradinho, e S. Joaquim.

6.º O de S. Francisco de Paula do Ouro Fino, composto dos Eleitores das Freguezias de S. Francisco de Paula do Ouro Fino, e Bom Jesus do Campo Mystico.

7.º O da Villa Christina, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

§ 2.º Na mesma Provincia ficão pertencendo:

1.º Ao Collegio da Cidade do Serro os Eleitores das Freguezias de S. Sebastião dos Correntes, e S. Miguel de Goanhans.

2.º Ao Collegio da Villa de Uberaba os Eleitores da Freguezia de Sant'Anna do Rio das Velhas.

3.º Ao Collegio da Cidade de Paracatú os Eleitores da Freguezia da Penha de Burity.

4.º Ao Collegio da Villa do Mar de Hespanha os Eleitores da nova Freguezia de Santa Rita, creada pela Lei Mineira de 10 de Outubro de 1851.

§ 3.º Na Provincia da Bahia ficão creados sete Collegios Eleitoraes :

1.º O da Villa de Jaguaripe, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

2.º O da Villa da Abbadia, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

3.º O da Villa de Santa Rita do Rio Preto, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

4.º O da Villa de Monte Alto, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

5.º O da Villa de Pambú, composto dos Eleitores das Freguezia da mesma Villa.

6.º O da Villa da Tapera, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa, e da Pedra Branca.

7.º O da Villa de Santo Antonio de Alagoinha, composto dos Eleitores das Freguezias da mesma Villa, e dos Prazeres do Municipio de Inhambupe.

§ 4.º Na mesma Provincia ficão pertencendo ao Collegio da Cidade de Santo Amaro os Eleitores da Freguezia de Saut-bára.

§ 5.º Na Provincia de Pernambuco ficão creados cinco Collegios Eleitoraes :

1.º O de Aguas Bellas, composto dos Eleitores das Freguezias de Aguas Bellas, e Buíque.

2.º O da Villa de Caruarú, composto dos Eleitores das Freguezias de S. Cactano das Raposas, e S. José do Altinho.

3.º O da Villa de Cimbres, composto dos Eleitores das Freguezias de Nossa Senhora das Montanhas, de Cimbres, e de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa debaixo.

4.º O da Villa de Ingazeira, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

5.º O da Villa de Cabrobó, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

§ 6.º Na mesma Provincia ficão transferidos :

1.º O Collegio do Exú para Oricury, composto dos Eleitores das Freguezias do Exú, Oricury, e Salgueiro.

2.º O Collegio de Flores para a Villa Bella, composto dos Eleitores das Freguezias de Flores, Serra Talhada, Floresta, e Tacaratú.

§ 7.º Na Provincia de S. Paulo ficão creados tres Collegios Eleitoraes :

1.º O da Villa de S. Roque, composto dos Eleitores das Freguezias de S. Roque, Una, e Arassariguama.

2.º O da Villa de S. João do Rio Claro, composto dos Eleitores das Freguezias dos Municipios de S. João do Rio Claro, Limeira, e Araraquara.

3.º O da Villa de Bragança, composto dos Eleitores das Freguezias dos Municipios de Bragança e Atibaia.

§ 8.º Na mesma Provincia ficão pertencendo ao Collegio da Cidade de Jacaraby os Eleitores da Freguezia do Bairro Alto.

§ 9.º Na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul fica creado hum Collegio Eleitoral na Villa de Taquary, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

§ 10.º Na Provincia de Sergipe ficão creados tres Collegios Eleitoraes :

1.º O da Villa de Itabaiana, composto dos Eleitores das Freguezias de Itabaiana, e Campo de Brito.

2.º O da Villa Nova, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

3.º O da Cidade de Laranjeiras, composto dos Eleitores das Freguezias de Laranjeiras, e Soccorro.

§ 11.º Na mesma Provincia ficão pertencendo ao Collegio de Maroim os Eleitores da Freguezia de Santo Amaro.

§ 12.º Na Provincia do Ceará ficão creados dous Collegios Eleitoraes :

1.º O da Villa Viçosa, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

2.º O da Villa de S. Bernardo das Russas, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

§ 13.º Na mesma Provincia ficão pertencendo ao Collegio da Villa de S. Matheus os Eleitores da Freguezia do Assari.

§ 14.º Na Provincia de Mato Grosso haverá quatro Collegios Eleitoraes :

1.º O da Cidade de Cuyabá, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Cidade.

2.º O da Villa de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

3.º O da Villa do Alto Paraguay Diamantino, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

4.º O da Villa de S. Luiz do Paraguay, composto dos Eleitores das Freguezias dos Municipios de S. Luiz do Paraguay, Mato Grosso, e Poconé.

§ 15.º Na Provincia da Parahiba do Norte fica creado hum Collegio Eleitoral na Villa do Catolé do Rocha, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

§ 16.º Na mesma Provincia ficão pertencendo :

1.º Ao Collegio da Cidade d'Arêa os Eleitores da Freguezia da Lagoa Nova.

2.º Ao Collegio da Villa da Campina Grande os Eleitores da Freguezia de Natuba.

§ 17.º Na Provincia do Pará fica creado hum Collegio Eleitoral na Villa de Muaná, composto dos Eleitores da Freguezia da mesma Villa.

§ 18.º Na Provincia do Rio de Janeiro fica creado hum Collegio Eleitoral na Villa do Rio Claro, composto dos Eleitores das Freguezias do Municipio da mesma Villa.

§ 19.º Na Provincia do Maranhão ficão pertencendo ao Collegio de Vianna os Eleitores da Freguezia de S. Vicente Ferrer.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.



DECRETO N.º 672 — de 13 de Setembro de 1852.

Declara que continúa em vigor para a Legislatura de 1853—1856 a Lei N.º 143 de 20 de Outubro de 1837, que marca o subsidio dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa; bem como que os Deputados perceberão por Sessão annual a indemnisação para as despesas de vinda e volta que lhe for marcada pelo Governo.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Continúa em vigor para a proxima seguinte Legislatura a Lei N.º 143 de 20 de Outubro de 1837, que marca o subsidio dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa.

Art. 2.º Os Deputados perceberão por Sessão annual a indemnisação para as despesas da viagem de vinda e volta.

Esta indemnisação será marcada pelo Governo em Tabella, que não poderá ser alterada, tendo em attenção as distancias da residencia dos Deputados e as difficuldades do transporte.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins.

COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1852.

TOMO 12.

PARTE 1.ª

SECÇÃO 17.ª

DECRETO N.º 673 — de 22 de Setembro de 1852.

Autorisa o Governo a deferir, como parecer de justiça, o requerimento do Alferes Raymundo Remigio de Mello, que pede passagem da terceira para a primeira Classe do Exercito.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo he autorizado a deferir como parecer de justiça, o requerimento do Alferes Raymundo Remigio de Mello, que pede passagem da terceira para a primeira Classe do Exercito, ficando para este fim dispensadas as disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Setembro de mil oitocentos cincoenta e dous, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Sousa e Mello.